

HOSPITAL E MATERNIDADE THEREZINHA DE JESUS

CNPJ: 21.583.042/0001-72

PÁGINA 1 DE 2

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

A Organização Social de Saúde Hospital e Maternidade Teresinha de Jesus (HMTJ) é uma organização sem fins lucrativos, cujo trabalho há 99 anos é de gestão e execução de atividades e serviços de saúde em unidades públicas, com metas e tipo de assistência voltada para o atendimento exclusivo de pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS). A Gestão é estabelecida por meio de contratos/convenções com os entes públicos de saúde, e o objetivo da OSS HMTJ é trabalhar em colaboração com o poder público para ampliar a oferta de atendimento humanizado e de qualidade, desenvolvido com técnicas de gestão inovadoras. Nosso foco está no aprimoramento contínuo das práticas em gestão de saúde com implementação de padrões de qualidade em todas as unidades.

Nossa missão é transformar a saúde e o bem-estar das comunidades que servimos através de excelência em gestão hospitalar, inovação em atenção primária, secundária e terciária, educação de qualidade em saúde, pesquisa clínica de ponta, com o compromisso de melhorar a assistência em saúde e otimizar recursos.

Nossos valores são os pilares da nossa cultura e diariamente são colocados em prática em nosso trabalho, como agir com integridade, honestidade moral e intelectual e respeito à legislação vigente sob todos os aspectos, bem como a humanização da assistência, trabalhando com integridade e dignidade de forma universal, alinhando as ações com os objetivos de desenvolvimento da instituição, fazendo uso correto e responsável da aplicação dos recursos à Saúde e prestando contas desses atos aos órgãos responsáveis e à sociedade.

O HMTJ ratifica sua missão como instituição desenvolvedora de pesquisas e ensino voltada para melhoria nas práticas assistenciais, estando, desde 2011, certificada como Hospital de Ensino, visando à melhoria na formação dos profissionais de saúde e a prestação da assistência qualificada.

Em 2024, com uma gestão comprometida com a ética, a transparência e o envolvimento de seus colaboradores, o HMTJ expandiu seu modelo de gestão, principalmente para o Estado de Goiás, reduzindo os custos dos serviços de saúde pública e elevando a qualidade em uma série de hospitais em parcerias municipais e estaduais, sendo referência somente neste ano para uma população referenciada de 6.753.489 habitantes.

Neste ano o HMTJ teve sob sua gestão 1.056 leitos, produzindo 2.690.833 procedimentos, 159.994 consultas especializadas, 449.103 atendimentos em Unidades de Pronto Atendimento, 48.077 exames de SADT externos, além de 440.324 atendimentos em Saúde Indígena.

Toda essa gama de atividades, consolida cada vez mais, o HMTJ como uma instituição filantrópica de grande porte que busca a sustentabilidade social, econômica e ambiental, além da resolutividade e qualidade no atendimento que se presta.

Somos uma das maiores entidades filantrópicas de saúde do Brasil, e estamos qualificados para atuar em 10 estados, com aproximadamente 7.777 colaboradores e com a vocação de contribuir para a melhoria dos serviços assistenciais prestados à população.

Nosso compromisso com a excelência na gestão das unidades médico-hospitalares administradas gerou inúmeras certificações de qualidade conquistadas, como aplicação e aprimoramento do programa SS (Top Quality Senes, Sustentabilidade, Top Quality Ouro, Top Quality Master Plus e Top Excelência) e aplicação da metodologia Lean em seus processos.

Colocando a prova a cultura da instituição, voltada para as boas práticas, o Hospital Maternidade Teresinha de Jesus, em sua matriz, passou por auditoria para manutenção do selo ONA 3, sendo novamente reconhecido com o certificado de Acreditado com

Excelência pela ONA - Organização Nacional de Acreditação reforçando as diretrizes e valores da entidade em prol da segurança dos pacientes e a gestão do recurso público.

A OSS busca implantar e integrar os processos da qualidade em todas as unidades geridas, permitindo que a boa prática se estenda às Unidades, e, como resultado a acreditação dessas unidades, como pode ser visto por meio da acreditação da ONA nível 2 da UPA Geraldo dos Reis Ribeiro em Timóteo/MG, ONA nível 1 do Hospital Municipal de Timóteo e ONA nível 1 da UPA Antônio Jose dos Santos em Nova Serrana/MG. As UPAs foram reconhecidas como as duas únicas UPAs em Minas Gerais que possuem esse título de acreditação, resultado de esforços contínuos, compromisso e dedicação de toda equipe.

A OSS HMTJ agradece aos parceiros prestadores de serviços e fornecedores de insumos pelo apoio, determinação, pontualidade e eficácia, cujo objetivo final é o atendimento ao paciente com acolhimento humanizado e qualidade na assistência médica!

Por fim, destacamos nossos sinceros agradecimentos aos nossos colaboradores pelo apoio, sem deixar que todos os fatos negativos os esmoreçam em sua luta pela saúde de nossos pacientes, com atendimento extremamente técnico, ético e, principalmente, humanizado, sabedores que recebemos as pessoas em nossas unidades em um dos momentos mais frágeis de suas vidas. Portanto, e de novo, nosso muito obrigado!

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (EM REAIS)

Ativo	Nota	Matriz + Contratos de Gestão		Passivo e Patrimônio Social	Nota	Matriz + Contratos de Gestão	
		2024	2023			2024	2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3.1.1	137.518.609	50.769.212	Empréstimos e financiamentos	3.2.1	13.158.177	3.940.948
Subvenções a receber	3.1.2	343.837.118	259.416.676	Fornecedores	3.2.2	58.038.800	57.977.004
Estoques	3.1.3	15.005.861	7.903.860	Obrigações com pessoal	3.2.3	104.921.240	45.932.153
Tributos a recuperar	3.1.4	36.057	36.062	Impostos a pagar	3.2.4	3.733.533	2.220.984
Despesas antecipadas	3.1.5	1.528.466	514.058	Subvenção e assistência governamental	3.2.5	295.692.205	78.987.118
Outras contas a receber		1.725.018	2.066.385	Outras contas a pagar		4.083.781	3.485.765
		499.651.129	320.706.252			479.627.736	234.116.601
Não circulante				Não circulante			
Subvenções a receber	3.1.2	466.889.998	377.150.276	Provisões para contingências		42.047.388	41.572.631
Outras contas a receber		23.266.182	15.854.436	Empréstimos e financiamentos	3.2.1	16.897.485	16.676.035
		490.156.180	393.004.712	Subvenção e assistência governamental	3.2.5	411.933.958	426.959.250
Investimento	3.1.6	609.900	609.900			470.878.831	443.635.285
Imobilizado	3.1.7	39.491.306	33.659.366		3.2.6	15.812.589	15.812.589
		40.101.206	34.269.266	Patrimônio social		9.642.724	9.642.724
		1.029.908.515	747.980.230	Reservas de Capital		53.946.635	44.773.031
Total do ativo				Superávit acumulado		79.401.948	70.228.344
Ativo Compensado						1.029.908.515	747.980.230
Contratos a Faturar (Ativo Compensado)	3.1.8	507.365.936	101.824.114	Total do passivo e patrimônio social			
		507.365.936	101.824.114	Passivo Compensado			
				Contratos a Faturar (Passivo Compensado)	3.1.8	507.365.936	101.824.114
						507.365.936	101.824.114
Total do Ativo e Ativo Compensado		1.537.274.451	849.804.344	Total do Passivo e Passivo Compensado		1.537.274.451	849.804.344

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (EM REAIS)

	Nota	Matriz + Contratos de Gestão	
		2024	2023
Receita líquida dos serviços prestados	4	771.251.488	369.160.789
Custos dos serviços prestados	5	(648.426.402)	(288.166.422)
Resultado bruto		122.825.086	80.994.367
Despesas administrativas		(107.355.158)	(60.349.091)
Outras receitas e despesas operacionais		(8.108.350)	16.463.581
Resultado operacional		(115.463.508)	(43.885.510)
Resultado operacional antes das receitas e despesas financeiras		7.361.578	37.108.858
Receitas financeiras		3.621.179	4.183.345
Despesas financeiras		(1.809.153)	(1.812.306)
Resultado financeiro líquido		1.812.026	2.371.039
Superávit (déficit) do exercício		9.173.604	39.479.897

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (EM REAIS)

	Patrimônio Social	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Capital	Superávit Acumulado	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2023	15.812.589	-	9.642.724	10.886.847	36.342.160
Aumento de Capital	-	-	-	-	-
Superávit do exercício	-	-	-	39.479.897	39.479.897
Reservas	-	-	-	(5.593.713)	(5.593.713)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	15.812.589	-	9.642.724	44.773.031	70.228.344
Aumento de Capital	-	-	-	-	-
Superávit (déficit) do exercício	-	-	-	9.173.604	9.173.604
Reservas	-	-	-	-	-
Reversão do Superávit acumulado para investimentos	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	15.812.589	-	9.642.724	53.946.635	79.401.948

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (EM REAIS)

	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais:		
Superávit (Déficit) do exercício	9.173.604	6.293.083
Ajustes de:		
Depreciações e amortizações	(3.186.253)	(1.083.431)
Depósitos para recursos	(7.411.746)	5.666.567
	(10.599.999)	4.583.136
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber - clientes	(11.048.439)	548.581
Subvenções a receber	(163.111.725)	(563.207)
Estoques	(7.102.001)	1.692.260
Tributos a recuperar	5	23.204
Outras contas a receber	(186.459)	(1.699.269)
Fornecedores	61.796	5.054.658
Obrigações com pessoal	58.989.087	3.176.725
Impostos a pagar	1.512.549	106.740
Outras obrigações	598.016	195.680
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(120.287.171)	8.535.350
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Compra de imobilizados	(2.645.687)	(1.580.744)
Receita diferida	201.679.796	(17.079.966)
Intangíveis	-	215.602
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	199.034.109	(18.445.108)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Amortização/pagamento empréstimos	9.438.679	(239.081)
Encargos financeiros a apropriar	(11.823)	(27.713)
Aumento de capital		
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	9.426.856	(266.794)
Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	86.749.398	699.667
Demonstração da redução no caixa e equivalentes de caixa:		
No início do exercício	50.769.212	3.584.233
No final do exercício	137.518.609	4.283.900
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa	86.749.397	699.667

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

quando de uso mandatório por ato de órgão regulador, a escrituração das contas de compensação não é obrigatória. Em 2023, a Entidade não tinha contrato de gestão com exigência obrigatória de divulgação das contas de compensação, entretanto, em 2023 mediante novos contratos firmados com o estado de Goiás, passamos a ter a obrigatoriedade de divulgação dos ativos e passivos compensados, cuja compensação demonstramos a seguir:

	Matriz + Contratos de Gestão	
	2024	2023
Contratos a Faturar	449.613.536	84.865.947
Bens adquiridos com Contrato	42.490.993	16.958.167
Isenção CEBAS	15.261.407	-
	507.365.936	101.824.114

3.2. Passivos circulantes e não circulantes
São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. As obrigações vencíveis após 12 (doze) meses subsequentes à data das demonstrações contábeis são considerados como não circulantes.

3.2.1. Empréstimos exclusivos da matriz
O Hospital dispunha dos seguintes empréstimos:

	Matriz + Contrato de Gestão	
	2024	2023
Empréstimos para capital de giro	21.771.671	13.064.992
Empréstimos para ativos não circulantes (permanente)	8.283.991	7.551.991
	30.055.662	20.616.983

A taxa de juros do empréstimo de capital de giro é de 7,66% a.a. As garantias dadas aos empréstimos de capital de giro estão atreladas à Cessão de parte de recebíveis.

	Matriz + Contrato de Gestão	
	2024	2023
Em até um ano	13.158.177	3.940.948
No segundo ano	2.744.749	2.744.749
Além do segundo ano	14.152.736	13.931.286
	30.055.662	20.616.983

3.2.2. Fornecedores
São apresentados pelos seus montantes de liquidação, conforme demonstrado:

	Matriz + Contratos de Gestão	
	2024	2023
Fornecedores de Estoques	14.852.587	11.087.192
Fornecedores de Serviços	43.186.213	46.889.812
	58.038.800	57.977.004

3.2.3. Obrigações com pessoal
Os gastos com pessoal são contabilizados pelo regime de competência e compreendem os salários, adicionais, encargos sociais e provisões para férias, apresentando a seguinte composição:

CONTINUA->

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

1 - Informações Gerais

O Hospital e Maternidade Teresinha de Jesus - HMTJ, constituído em 1 de dezembro de 1926 e inaugurado em 1 de janeiro de 1927 é uma associação civil de fins beneficentes e não lucrativos, sediada em Juiz de Fora, Minas Gerais e que tem por finalidade promover a assistência integral à saúde, prestando serviços hospitalares, ambulatoriais e de complementação diagnóstica à clientela do SUS - Sistema Único de Saúde.

O Hospital atua na macrorregião de Juiz de Fora, que referencia aproximadamente 1.800.000 habitantes, sendo regulado pelo município através de uma Central Macro e de uma municipal.

O HMTJ disponibiliza, atualmente, 100% (cem por cento) dos atendimentos ao SUS, contando, também, com o auxílio do Pró-Hosp, programa do Governo de Minas Gerais voltado para melhoria de gestão dos hospitais que atuam no Estado. A Entidade, a partir de janeiro de 2010, firmou convênio com a Prefeitura de Juiz de Fora, para gestão da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Bairro Santa Luzia.

Em 12 de maio de 2011, através da Portaria nº 1.120, do Ministério da Educação, a entidade foi certificada como Hospital de Ensino visando a melhoria na formação dos profissionais de saúde e a prestação da assistência ao usuário. A entidade mantém convênios com a SUPREMA-Sociedade Universitária para o Ensino Médico Assistencial e com a UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora para o ensino, pesquisa e extensão.

A Entidade iniciou seu trabalho como OSS em 2012, quando conseguiu sua primeira qualificação, participando de diversas chamadas públicas para a gestão de unidades de saúde no âmbito federal, estadual e municipal desde então. Com isto, foi selecionada para operacionalização da gestão e a execução de ações e serviços de saúde a serem prestados em diversas unidades de saúde. A Entidade encontra-se registrada como "Entidade Beneficente de Assistência Social", nos termos da Lei 12.101 de 2009, que estabelece normas para o processo de certificação, ou de sua renovação, das entidades beneficentes de assistência social, o que lhe garante a isenção de contribuições para a seguridade social. A entidade possui, ainda, títulos de Utilidade Pública Federal (Decreto 52.066/63) e Municipal - Juiz de Fora/MG (Decreto 1.320/60).

2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, segundo os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e, especialmente, nos critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, e de estruturação das demonstrações contábeis estabelecidas na ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucros, aprovada pela Resolução CFC nº 1409/2012.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis exige que a administração da entidade faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, recursos, custos e despesas. As notas explicativas que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro são:

Nota 3.1.2 - Subvenções a receber

Nota 3.2.1 - Obrigações com pessoal

Nota 3.2.3 - Subvenção e assistência governamental a apropriar

2.4. Arrendamento

As normas e interpretações emitidas, já vigentes ou a vigorar, estão abaixo apresentadas:

a) IFRS 16 - Arrendamentos

IFRS	CPC	Pronunciamento	Data de entrada em vigor
IFRS 16	CPC 06 (R2)	Arrendamentos	A partir de 1/1/2019

A Entidade aplicou, a partir de 1º de janeiro de 2019, o CPC 06(R2) /IFRS 16 que introduz um único modelo de arrendamento, substituindo o conceito de classificação entre arrendamento mercantil operacional e financeiro. A finalidade é padronizar se existe um arrendamento nos contratos ou se o contrato é uma prestação de serviço.

O arrendamento está presente em um contrato se o contrato incluir ambas as condições a seguir:

• Um ativo identificável especificado explicitamente ou implicitamente. Neste caso, o fornecedor não tem a prática de substituir o ativo, ou a substituição não traria nenhum benefício econômico para o fornecedor;

• O direito de controle do uso do ativo durante o contrato. Neste caso, a Entidade deve ter autoridade para tomada de decisões sobre o uso do ativo e capacidade de obter substancialmente todos os benefícios econômicos pelo uso do ativo;

A Entidade e suas controladas optaram pela abordagem de transição retrospectiva modificada simplificada, sem realização de reapresentações dos períodos comparativos, adotando os seguintes critérios de reconhecimento e mensuração inicial dos ativos e passivos;

• A mensuração do passivo de arrendamento mercantil na data da aplicação inicial foi realizada ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, líquidos de créditos de PIS e COFINS, descontado a partir das taxas de juros incrementais de empréstimo, agrupadas por natureza do ativo, e prazo contratual;

• A mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial foi ao valor equivalente ao passivo de arrendamento mercantil, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente

HOSPITAL E MATERNIDADE THEREZINHA DE JESUS
CNPJ: 21.583.042/0001-72

PÁGINA 2 DE 2

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

Matriz + Contratos de Gestão

	2023	2022
Salários a pagar	51.052.871	10.817.300
Férias, 13º Salário, rescisões e contingente	47.632.299	72.918.690
Encargos sociais a pagar	6.054.633	3.613.262
Desconto em folha de pagamento a pagar	181.437	155.532
	104.921.240	87.504.783

3.2.4. Impostos a pagar

Os impostos são registrados com base no regime de competência estando assim distribuídos:

Matriz + Contratos de Gestão

	2024	2023
Impostos retidos Federais	3.483.423	2.045.921
Impostos retidos Municipais	250.110	175.063
	3.733.533	2.220.984

3.2.5. Subvenção e assistência governamental a apropriar

As contabilizações das subvenções recebidas ao longo do exercício foram reconhecidas conforme cronograma físico e financeiro comprometido em contrato, e confrontada com os custos e despesas correspondentes. Desta forma, as subvenções foram contabilizadas temporariamente em conta do passivo circulante (receitas diferidas), e são reconhecidas como recursos mediante cumprimento das cláusulas contratuais e consequentemente direito ao recebimento delas.

A Entidade recebeu subvenções governamentais para fins de aquisição de equipamentos, que não foram reconhecidas como recursos do exercício nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 7, conforme abaixo demonstrado:

A expectativa de apropriação dessas receitas ao resultado é conforme a seguir:

Matriz + Contratos de Gestão

	2024	2023
Convênios Municipais	534.953.488	410.007.454
Convênios Estaduais	172.672.675	95.938.914
	707.626.163	505.946.368

Matriz + Contratos de Gestão

	2024	2023
Até 12 meses	295.692.205	78.987.118
Acima de 12 meses	411.933.958	426.959.250
	707.626.163	505.946.368

3.2.6. Patrimônio Social

É constituído por recursos aportados pelos associados (patrimônio social), pelos ajustes de avaliação patrimonial, reservas e pelo superávit acumulado. Em 2024, a Entidade teve uma sobra de recursos contábeis no montante de R\$ 9.173.604 (R\$ 39.479.857 em 2023).

4 - Receitas Operacionais - Receita Líquida dos Serviços Prestados

	2023	2022
Receita de Serviços Hospitalares	124.842.003	106.705.056
Receita de Contratos de Gestão	646.409.485	262.455.733
	771.251.488	369.160.789

5 - Custos dos Serviços Hospitalares

	2024	2023
Mão-de-Obra	410.511.155	207.180.370
Serviços	162.293.507	44.705.443
Insumos	75.621.740	33.409.939
Outros Custos	-	2.870.670
	648.426.402	288.166.422

6 - Apuração do Resultado

Os recursos, custos e despesas estão registradas observando-se o regime de competência. Os recursos são reconhecidos quando podem ser determinadas em bases confiáveis e tenham um grau suficiente de certeza de sua realização, tendo como referência, ainda, os contratos de gestão firmados. Os custos e despesas são reconhecidas quando determinadas em bases confiáveis; com base na associação direta entre elas e os correspondentes itens de recursos; ou quando se espera que os benefícios econômicos sejam gerados ao longo de vários períodos contábeis e a confrontação com a correspondente recursos somente possam ser feita de modo geral e indireto, através de procedimentos de alocação sistemática e racional.

7 - Resultado por Contrato de Gestão:

A Entidade sofreu impactos negativos em nosso resultado, inerentes aos contratos de gestão inativos. A principal causa para tal falta de recurso está atrelada às despesas não operacionais necessárias para garantir o recebimento de recursos atrasados com a SES/RJ. Importante ressaltar que as unidades ativas, cujos contratos estão vigentes e são geridas pela Entidade continuam tendo eficiência e gerando economicidade para os contratantes, conforme detalhado a seguir:

	Unidades Ativas (em 12/2023)		Unidades Inativas (em 12/2023)		Unidades Ativas + Inativas (em 12/2023)	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Receita líquida dos serviços prestados	645.137.217	369.160.789	126.114.270	-	771.251.488	369.160.789
Custos dos serviços prestados	(537.474.567)	(288.115.565)	(110.951.836)	(50.857)	(648.426.402)	(288.166.421)
Resultado bruto	107.662.650	81.045.224	15.162.435	(50.857)	122.825.085	80.994.367
Despesas administrativas	(72.135.579)	(59.277.057)	(35.219.579)	(1.072.034)	(107.355.158)	(60.349.091)
Outras receitas e despesas operacionais	(21.091.393)	(1.827.717)	12.983.042	18.291.297	(8.108.350)	16.463.581
Resultado operacional	(93.226.972)	(61.104.774)	(22.236.536)	17.219.263	(115.463.508)	(43.885.510)
Resultado operacional antes das receitas e despesas financeiras	14.435.678	19.940.451	(7.074.100)	17.168.408	7.361.578	37.108.658
Resultado financeiro líquido	4.427.979	-	(2.615.953)	2.371.039	1.812.026	2.371.039
Superávit (déficit) do exercício	18.863.658	19.940.451	(9.690.053)	19.539.446	9.173.604	39.479.897

8 - Renúncia Fiscal e Trabalho Voluntário:

Para atender a portaria 834/2016 cumulado com a ITR 2002 a entidade estimou valores referente aos benefícios fiscais usufruídos, bem como benefícios previdenciários em observância também com a Lei Federal nº 12.101/2009, a estimativa contém os valores a seguir:

	2023	2022
IR e CSLL (1,2 e 1,08 + adicional 10%)	23.752.626	11.368.232
Cofins e Pis (3% e 0,65%)	28.150.679	13.474.369
ISS (3% sobre a receita)	23.137.545	11.074.824
	75.040.850	35.917.425

As isenções das contribuições previdenciárias usufruídas no exercício foram de R\$ 34.362.800 (R\$23.973.577 em 2023). Ainda em atendimento a ITG 2002, consideramos trabalho voluntário o dos membros integrantes dos órgãos da administração, no exercício de suas funções, sendo reconhecidos pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

	R\$
Trabalho Voluntário - Dirigentes	2.040.000
Direção Executiva	3.840.000
Conselho Deliberativo	4.320.000
Conselho Deliberativo de Gestão Delegada	10.200.000

9 - Redução ao Valor Recuperável dos Ativos

Como parte das rotinas de encerramento do exercício social é indispensável avaliar se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo. Para tanto, ao final do exercício foi realizado testes para avaliar se havia alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização.

Segundo Laudo emitido pela Entidade Físio-Tec Gestão em Tecnologia de Saúde: "Considerando que os bens objeto de avaliação excedem o valor contábil do ativo, registrado na contabilidade da Entidade, considerando, ainda, que não existem evidências da descontinuidade dos negócios da entidade e o uso contínuo e ininterrupto dos bens relacionados, consideramos que não existem evidências para que se proceda a redução ao valor recuperável dos ativos ora avaliados".

10 - Seguros (não auditado)

A HMTJ mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação da Administração.

Itens	Tipo de Cobertura	Importância Segurada
Seguro Predial	Garante o reparo de danos relativos à manutenção e reparo relativo ao mau funcionamento e inadequações, defeitos e falhas em materiais de acabamento, exceto danos estruturais.	92.600.000
Seguro de Vida	Garante ao beneficiário uma indenização em caso de morte.	76.392.078
Seguro de Bens e Móveis	Garante aos bens segurados indenização em caso de danos corporais e materiais.	470.000

11 - Eventos Subsequentes

Não ocorreram eventos relevantes no período entre o exercício findo de 2024 e a aprovação das contas em Assembleia Geral Ordinária. Juiz de Fora (MG), 11 de abril de 2025.

Marco Antônio Guimarães de Almeida
Diretor Presidente

Benedito Zulmiro Ladeira Jendiroba
Contador - CRC/MG 038184/O 4T-RJ

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores do
Hospital e Maternidade Therezinha de Jesus.
Juiz de Fora - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Hospital e Maternidade Therezinha de Jesus ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Hospital e Maternidade Therezinha de Jesus, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)). Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases:

1 - Subvenções vencidas

Chamamos atenção para a nota explicativa 3.1.2 (Subvenções a receber), que demonstra que a entidade acumulou um montante líquido a receber (vencido) de R\$147.395.841 composto pelo saldo bruto de R\$500.764.736 a receber em valores vencidos; da provisão para créditos de liquidação duvidosa no valor total de -R\$352.869.395.

A Diretoria da Entidade entende que este montante será realizável e dessa forma, não fará qualquer complemento e/ou reversão da provisão para crédito de liquidação duvidosa já existente. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

2 - Perda da gestão das Upas e Hospitais do Estado do Rio de Janeiro em 2018

Chamamos atenção para a nota explicativa 3.1.2 (Subvenções a receber) enfatizando que em 2 de abril de 2018, através de comunicação em Diário Oficial, o Governo do Estado do Rio de Janeiro rescindiu - unilateralmente - todos os contratos de gestão firmados durante o exercício 2017 com o Hospital Maternidade Therezinha de Jesus. Na época, a rescisão ocorreu devido à bloqueios nas contas da OSS HMTJ, cujo dinheiro tinha finalidade de quitar salários, e devido ao bloqueio judicial (referente dívidas advindas do atraso no repasse das subvenções), a contratante se viu impossibilitada de quitar os mesmos e rescindiu os contratos. O Hospital possuía os seguintes contratos em vigor, em base total: UPA Tijuca R\$10.800.000; UPA Botafogo R\$10.800.000; UPA Jacarepaguá R\$10.800.000; UPA Copacabana R\$10.800.000 (todos com vencimento em dezembro de 2018) além do Hospital da

Mãe R\$15.885.992 (vencimento em junho de 2018). Perfazendo um montante de R\$59.085.392 em 31 de dezembro de 2024, que se encontra atualmente registrado como subvenções a receber e sua contrapartida como subvenções a apropriar (passivo não circulante). A Diretoria da Entidade aguarda desfecho judicial para pacificação do tema. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

3 - Perda da gestão do Hospital Municipal Albert Schweitzer em 2016

Chamamos atenção para a nota explicativa 3.1.2 (Subvenções a receber) enfatizando que apesar do termo aditivo de gestão número 3 (três) realizado entre o Hospital e Maternidade Therezinha de Jesus e a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro (PMRJ) datado em 08 de julho de 2016, pelo qual, estabelecia-se a plena gestão do Hospital Albert Schweitzer até dezembro de 2016, o Hospital e Maternidade Therezinha de Jesus, foi intimado a deixá-lo, em função da medida judicial realizada por outra Organização Social de Saúde. A decisão foi tomada - em época - pelo Tribunal de Contas do Município (TCM) que decidiu suspender o processo de escolha pela prefeitura da Organização Social (OS). Contabilmente, a Diretoria do HMTJ aguarda desfecho judicial e está mantendo o saldo de subvenções a vencer e a apropriar no montante de R\$30.715.682 atualizado para 31 de dezembro de 2024, existente desde o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações

As demonstrações contábeis do Hospital e Maternidade Therezinha de Jesus para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram por nós examinadas, pelo qual, emitimos relatório em 26 de março de 2024 com opinião sem modificação e ênfases similares às apresentadas acima.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Rio de Janeiro, 11 de abril de 2024.

Mário Vieira Lopes
Contador - CRC-RJ-060.611/O-0

José Carlos de Almeida Martins
Contador - CRC-RJ-036.737-0



Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP nº 2.200-2
de 24/08/2001.
A autenticidade pode ser
conferida ao lado



A PUBLICAÇÃO ACIMA FOI ASSINADA E CERTIFICADA DIGITALMENTE NO DIA 02/05/2025



Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para
acessar a página de Publicações Legais no portal do
Jornal Estado de Minas. Acesse também através do link:

<https://publicidadelegal.em.com.br/wp-content/uploads/2025/05/BALANCO-EM-HOSPITAL-E-MATERNIDADE-THEREZINHA-DE-JESUS-02-05-2025.pdf>

